

António Hespanha foi professor e investigador nesta nossa Faculdade, entre 1998 e 2010. Aqui ajudou a formar várias gerações de estudantes e aqui deu a sua última aula, em janeiro de 2019. Fê-lo com o entusiasmo e o sentido de humor com que sempre falava sobre coisas que, afinal, eram sérias, e que abordou sempre de forma densa e profunda. Falou sobre o direito, os juristas, a história do Direito, a pré-modernidade e a modernidade. Falou ainda sobre o direito dos «rústicos», aqueles cuja voz achava que tinha sido calada pela modernidade jurídica. Falou, portanto, dos temas que o ocuparam durante mais de cinquenta anos de uma vida inteiramente dedicada à docência, à investigação e à intervenção cívica. Os alunos escutaram-no com atenção, riram-se e colocaram questões. Mas talvez não soubessem – certamente não sabiam – que tinham à sua frente um gigante. Alguém cuja obra científica foi tão marcante e fecunda para a historiografia, para a metodologia histórica e para a identidade disciplinar da História do Direito, que a referência a ela se tornou incontornável para todos os que a estudam e sobre ela investigam, seja em Portugal ou em Espanha, na Itália, na Alemanha e em muitos outros países europeus, no Brasil e em vários países da América latina.

O que a seguir se vai escrever é apenas um pouco do que foi o seu percurso.

A força do que veio a ser a renovação metodológica que António Hespanha realizou já estava presente numa das primeiras monografias que escreveu, a sua tese de mestrado, preparada entre 1968 e 1970, na Universidade de Coimbra, onde se formou (1967) e onde viria a ser docente. Aí surgem já sinais evidentes da influência de um dos autores que de forma mais permanente esteve presente na sua obra, Michel Foucault. O título da monografia foi *Análise do discurso e história da ciência jurídica*, e nela estava já aquilo que António Hespanha considerou “o elemento mais permanente da minha formação”. Um dos resultados mais notáveis dessa rutura aconteceu depois, com a publicação da sua tese de doutoramento, o livro *As Vésperas do Leviathan* (1988). Depois destes dois trabalhos e de muitos outros, que escreveu antes e depois – livros e artigos marcantes, como a *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, de 1982 ou o artigo “Savants et rustiques. La violence douce de la raison juridique”, em *Ius commune*”, de 1983 – a história institucional e política de Antigo Regime em Portugal e, mais tarde, no Brasil, não voltou a ser a mesma. Rompeu com quase tudo o que até aí tinha sido escrito, insistindo num olhar antropológico sobre as monarquias de Antigo Regime, capaz de restituir-lhe a alteridade que as visões estadualistas tradicionais, muitas vezes anacrónicas, lhe tinham roubado. Fê-lo, primeiro em relação ao Reino, e, depois, ao mundo colonial, na América, na Ásia e na África.

Mais tarde, já docente da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, recentrou a sua investigação numa revisão crítica sobre os imaginários jurídicos e político do período liberal, tendo aí criado, de novo, debates nacionais e internacionais que permanecem em aberto. Mais tarde, já docente da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, recentrou a sua investigação numa revisão crítica sobre os imaginários jurídico e político do período liberal, tendo aí criado, de novo, debates nacionais e internacionais que permanecem em aberto. Durante esses anos também escreveu muito sobre teoria do Direito e sobre o Direito nas sociedades contemporâneas. Data desses tempos a publicação, entre muitos outros textos e livros, do livro *Guiando a mão invisível. Direitos, lei e Estado no liberalismo monárquico português* (2004) e *Caleidoscópio do*

*Direito. Direito e Justiça nos dias e no mundo de Hoje.* Estes são somente alguns exemplos de entre as centenas de livros, artigos e obras que coordenou, em Portugal e no estrangeiro.

No que diz respeito à sua carreira docente, António Hespanha iniciou-se como assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1967-1974), e, depois de uma primeira interrupção, em 1974, por ter sido nomeado Diretor-Geral do Ensino Superior, pelo então Ministro Vitorino Magalhães Godinho, retomou-a, primeiro na Faculdade de Direito (1978-1985), depois na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1987-1998) e, logo depois da fundação desta, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Aqui coordenou e integrou as equipas de vários projetos de investigação, cujos resultados foram postos à disposição da comunidade científica, nomeadamente a sua Biblioteca Digital, que concebeu e codirigiu. Foi fundador e Diretor da revista *Themis* (1999-2003) e Diretor do Cedis, Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade.

Ensinou também na Universidade Autónoma (1988-1999), na Faculdade de Direito da Universidade de Macau (1990-1999), onde foi professor convidado, membro do Conselho Científico e coordenador das áreas de “História jurídica e institucional” e “Teoria do Direito”. Foi ainda investigador Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, entre 1989 e 2000.

À docência em cursos de licenciatura, pós-graduação, mestrado e doutoramento em instituições portuguesas juntou variadas experiências de ensino e investigação em prestigiadas instituições estrangeiras. Foi, nomeadamente, Visiting Professor no Departamento de História da Yale University (EUA, 1999), no Programa Europeu de Mestrados da Facoltà di Scienze Politiche (Messina, a partir de 2001), na Faculdade de Direito da Universidad Autónoma de Madrid (2001), no Curso de Doutoramento em Expansão Europeia da Universidad Pablo de Olavide (Sevilha, a partir de 2002), na Robbins Collection da Law School da University of California (Berkeley, 2003), na École des Hautes Études en sciences sociales, em Lucerna (Suíça), entre muitas outras. Desempenhou ainda os prestigiantes cargos de Maître de Conférences na Faculdade de Direito da Université de Sciences Sociales (Toulouse, 1985), de Directeur d'Études Associé na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, 1993, 2002) e de Director académico do Sommerkurs do Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte (Frankfurt/Main, 2001). Colaborou em atividades letivas mais curtas e eventuais com outras universidades portuguesas, espanholas, francesas, italianas, belgas, alemãs, norueguesas, suíças, mexicanas, argentinas, chinesas, brasileiras e norte-americanas.

Foi membro dos Conselhos Científicos da Maison des Sciences de l'Homme e do Réseau des Maisons des Sciences de l'Homme, bem como membro eleito, homologado pelo Ministério da Educação francês, do Conselho Científico do Centre Nationale de la Recherche Scientifique (2005).

No respeitante à sua intervenção cívica, não pode deixar de se destacar o trabalho desenvolvido na Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos

Portugueses, que dirigiu entre 1995 e 1998. No exercício das suas funções de Comissário contribuiu de forma decisiva para um entendimento da história portuguesa mais aberto a múltiplos pontos de vista sobre o passado imperial português. Lidou de forma desassombrada com alguns dos principais mitos sobre o passado português. Foi também neste contexto, e em virtude dos desafios que lançou, que se intensificaram as relações entre a academia portuguesa e brasileira.

Finalmente, o reconhecimento do seu percurso académico e científico exprimiu-se de várias formas, de que aqui se dão também alguns exemplos.

Em 1997 foi convidado pela École de Hautes Études en Sciences Sociales para proferir a prestigiadíssima “Conférence Marc Bloch”, inaugurando o ano académico da Instituição e, em Junho de 2006, para integrar a Comissão de preparação do Doutoramento Internacional “Europe and Modernity” (École des Hautes Études en Sciences Sociales, Istituto Italiano per le Scienze Umane, Universidade Nova de Lisboa). Foi várias vezes nomeado para prémios internacionais (Prémio Menendez Pelayo, pelos Departamentos de História Moderna da Universidade Autónoma de Madrid e de História do Direito da Universidade Autónoma de Barcelona, 1999; “Premio Internazionale Galileo Galilei dell’Università di Pisa, sotto il patronato del Presidente della Repubblica Italiana”, pelo Dipartimento di Storia del Diritto da Universidade de Florença, 1999). Em 2005 foi distinguido, pela instituição onde teve início a sua carreira, com o prémio “Universidade de Coimbra”, atribuído a personalidades de reconhecido mérito para a cultura portuguesa.

Foi Doutor ‘*honoris causa*’, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lucerna (Suíça) (2010) e, em 2013, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Curitiba. No mês passado foi aprovado, pelo Departamento de Derecho Privado, Económico y Social a proposta de investidura de António Manuel Hespanha como Doutor ‘*honoris causa*’ pela Universidad Autonoma de Madrid.

Estes são alguns marcos importantes do seu percurso que aqui seleccionámos. Mas está longe de o esgotar. Além disso, não revela outras características suas, como a extrema generosidade, ou o seu inesgotável amor pelo saber e pela partilha do saber.

2 de julho de 2019

Cristina Nogueira da Silva